
Comunicação inclusiva: desenvolvendo acessibilidade na rotina de produção de uma revista laboratório¹

Luan Moraes ROMERO²

Pablo FURLANETTO³

Rafael BALD⁴

Viviane BORELLI⁵

Universidade de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

O presente artigo tem como objetivo problematizar a acessibilidade dentro da rotina de produção jornalística. Para isso, contextualizamos nossa reflexão em torno dos conceitos de cidadania (SANTOS, 2007) e inclusão (SASSAKI, 2009). Além disso, concebemos que o Jornalismo (SOUSA, 2005) é um espaço que deve dar visibilidade para as injustiças e também se preocupar em ser acessível a todos. Metodologicamente, partimos da observação (GIL, 2008) dos modos como pessoas com deficiência visual acessam conteúdo jornalístico, para, num segundo momento através de pesquisa experimental (MICHEL, 2005) conceber a elaboração do formato acessível da revista laboratorial .TXT.

Palavras-chave: jornalismo; cidadania; inclusão; revista laboratorial.

Introdução

Este artigo resulta de reflexões realizadas no âmbito do grupo de pesquisa “Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais” no que tange à inclusão de pessoas com deficiência visual diante do cenário de falta de acessibilidade a produções midiáticas. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, Santa Maria possui 317 pessoas totalmente cegas; 30.693 possuem alguma dificuldade e 6.854 possuem grande dificuldade. Nesse sentido, o desenvolvimento desse projeto de pesquisa - vinculado à investigação mais ampla que trata da interação entre jornais e leitores - visa refletir sobre a produção de um produto jornalístico digital acessível para pessoas com deficiência visual.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UFSM, bolsista de Iniciação Científica/PIBICNPq, email: luan_155@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da UFSM, bolsista de Iniciação Científica/PROBIC/Fapergs, email: furlanettopablo@gmail.com

⁴ Graduado em Publicidade e Propaganda pela Unifra em 2008. Mestrando em Tecnologias Educacionais em Rede (UFSM), email: rafaelbald@gmail.com

⁵ Orientadora do trabalho, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos, realizou estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa, email: borelliviviane@gmail.com

Para o desenvolvimento do projeto, realizamos pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos de cidadania, jornalismo e inclusão; além de audiodescrição. A principal técnica de pesquisa é a observação (GIL, 2008), visto que o projeto foi desenvolvido a partir da constatação de que o curso de Jornalismo não possuía iniciativas para transformar seus produtos jornalísticos em materiais acessíveis. Após esta etapa, começamos a observar como as pessoas com deficiência visual consumiam informações e partir disso propor, em um primeiro momento, um projeto que desse conta dessa especificidade.

Por muitos anos, foi usado o termo “portadores de deficiência” ou “portadores de necessidades especiais” para se referir à pessoas com deficiência. Ambos conceitos incoerentes que visavam substituir ou amenizar os pronomes de tratamento com a ideia de portar uma deficiência. Contudo, para Sasaki (2003) não se escolhe portar ou não alguma deficiência deliberadamente. A partir desse tensionamento e visando estabelecer um grau de formalidade e aproximação com os atuais movimentos sociais das pessoas com deficiência, utilizaremos neste artigo, as terminologias “pessoas com deficiência (PcD)” e “pessoa com deficiência visual (PDV)”. De acordo com os conceitos estabelecidos na convenção internacional da ONU sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, em dezembro de 2006, e promulgados no Brasil por meio do Decreto Federal Nº 6.949, em 25 de Agosto de 2009.

A pesquisa se caracteriza como experimental (MICHEL, 2005, p.35), que “se faz através do teste prático de possíveis ideias ou posições teóricas”. Para a autora, na área de Ciências Sociais, a pesquisa experimental pode ser aplicada a “situações nas quais são simuladas condições de laboratório: provocando conflitos, simulando ambientes específicos, reproduzindo problemas para se verificar, na prática, como se comportam as variáveis discutidas na teoria”. Nesse sentido, o projeto teve um tensionamento constante entre as práticas jornalísticas e a inclusão social.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é reconhecida no cenário brasileiro como pioneira nas políticas de inclusão. Em 2007, instituiu um Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social, que reserva 15% do total das vagas para estudantes que se declaram afrodescendentes, 20% para estudantes de escolas públicas e 5% para pessoas com deficiência, mas o caminho até se chegar nessas porcentagens é gradual e lento. No mesmo ano, foi criado o Núcleo de Acessibilidade, que tem suas ações voltadas para o acompanhamento dos estudantes com deficiências, com autismo,

altas habilidades ou superdotados, desde seu ingresso até sua formatura. Além disso, é responsável por fornecer suporte de tecnologias e equipamentos relacionados à educação especial para toda a comunidade acadêmica e procurar adequações frente às barreiras pedagógicas, arquitetônicas, informacionais, comunicacionais e de deslocamento. Ele faz parte das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED) da UFSM, juntamente com o NIMA (Núcleo de Apoio à Aprendizagem na Educação) e o Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas.

Esse projeto de pesquisa está em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pois dentre os objetivos desse plano, ressalta-se sob aspectos de interesse do presente projeto, como a promoção e a ampliação de ações de inclusão, de acesso, de acessibilidade e de inserção social. Ou seja, o PDI visa assegurar o direito à plena participação da comunidade acadêmica em ambientes, atividades, serviços e recursos disponibilizados pela instituição de ensino. Tal objetivo, relacionado à política de acessibilidade enquanto diretriz norteadora, compreende no que tange à área do jornalismo a inclusão de tecnologias de informação e de comunicação. A UFSM busca

[...] a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos, a produção, edição, difusão de livros e outros materiais didáticos ou de publicidade em formatos acessíveis, a atualização de acervos das bibliotecas, sendo em formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los (UFSM, 2016, p.35).

Para contemplar essa política, as instituições devem desenvolver ações complexas e que demandam um esforço coletivo de diversos agentes: professores, alunos, técnicos-administrativos, gestão de ensino, cursos e núcleos, como o de acessibilidade. Processo contínuo que implica em adotar uma nova perspectiva, acessível e inclusiva, em práticas desenvolvidas usualmente na universidade, tais como a elaboração e divulgação de informações.

A Instituição entende seu papel dentro do Rio Grande do Sul como segunda melhor universidade, de acordo com ranking da Folha de São Paulo⁶, e como formadora de potencial humano para os setores público e privado. Uma de suas missões é capacitar indivíduos para se tornarem independentes, não só para o mercado de trabalho, mas também capazes de atuar nas suas comunidades como seres transformadores. Com isso, as políticas comunicacionais preocupam-se não só com a

⁶ Informações de <http://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-universidades/> . Acesso em 12/07/2017, 10:34

produção de conteúdos, mas também com a acessibilidade e a circulação dessas informações dentro da comunidade acadêmica.

De acordo com o PDI, a política de Comunicação interna deve levar em conta a acessibilidade,

“observando as demandas de comunicação dos públicos interno e externo, e cumprindo seu papel como agente público, promotor de conhecimentos e garantidor da acessibilidade de conteúdos e informações, com vistas à comunicação pública e de qualidade” (UFSM, 2016, p. 32).

Nesse contexto, compreendemos que cabe tanto aos docentes quanto aos discentes promover ações que visem a inclusão por meio de atitudes diárias que possam beneficiar as pessoas com deficiência. Portanto, produzimos um material acessível no âmbito do curso de Jornalismo em parceria com a Comissão de Audiodescrição, composta por pessoas sem e com deficiência visual, que atuam como consultores durante o processo de audiodescrever. Afinal, a transformação de uma revista laboratório em um produto acessível não poderia ser realizada sem a participação dos próprios leitores.

A seguir, discutimos conceitos centrais para o desenvolvimento da pesquisa, como de cidadania, inclusão e audiodescrição. Após, explicamos as etapas realizadas, bem como barreiras e limitações técnicas encontradas, para a efetivação da proposta de tornar acessível a versão digital da revista .TXT para pessoas com deficiência visual.

Cidadania e jornalismo

Para Santos (2007), a cidadania é o respeito ao indivíduo, assim como ela é apreendida, ou seja, conquistada. Dessa forma, concebemos que a cidadania se insere tanto no contexto do cumprimento dos direitos sociais assegurados pelo Estado brasileiro, como também na luta e disputa por mais conquistas. O autor menciona as tensões a que a cidadania está sempre sujeita: “ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política” (SANTOS, 2007, p. 20)

Quando se fala em direitos da pessoa com deficiência, é preciso trazer a tona importância da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, acordo ao qual o Brasil é signatário. No artigo 21 se fala sobre “Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação”, em que se salienta a

importância da garantia desses direitos para a plena participação cidadã de pessoas com deficiência. O texto destaca o papel do Estado como o garantidor e que

“tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha” (BRASIL, 2009)

Para Sasaki (2009), o acesso a informação é um direito garantido. O autor acredita que a inclusão “é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana [...] com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações” (SASSAKI, 2009, p.10).

O jornalismo, concebido por Sousa (2001) como uma forma de comunicação em sociedade, tem, segundo o autor, a função de manter um olhar vigilante sobre os sistemas de poder nos estados democráticos de direito. Assim, o Jornalismo torna-se um espaço estratégico para denunciar as injustiças e problematizar as políticas sociais.

Mesmo que esteja inserido dentro de uma lógica mercantil, o jornalismo não pode perder de vista a prática de abordar assuntos de interesse público e que tenham relevância social. Muito mais que isso, o jornalismo não deve ser concebido apenas como um espaço para problematizar as políticas públicas ou para dar visibilidade às injustiças, mas também deve se preocupar em alcançar as pessoas e ser, de fato, acessível a todos.

Como constata Bonito (2012), o sistema produtivo jornalístico não problematiza a questão da acessibilidade. Dessa forma, pensar de uma maneira analógica-linear faz com que a adaptação seja feita ao fim do processo de produção, quando a acessibilidade deveria estar presente desde sua concepção, o que, para o autor é a aproximação com o conceito arquitetônico de “desenho universal” (BONITO, 2012. P.10).

Assim, vemos a importância da mudança de paradigma comunicacional, que deve abranger questões relativas à inclusão dando oportunidade para que todos os cidadãos consigam compreender o mundo e tomar decisões autônomas.

Inclusão-Acessibilidade e Audiodescrição

Ao levarmos em consideração, a promulgação, em 6 de julho de 2015, da Lei nº 13.146, Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o termo “acessibilidade” e “comunicação” são definidos no Art. 3º como:

“I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;” (BRASIL, 2015)

Dessa forma, concebemos que a audiodescrição é também uma forma de tornar os produtos midiáticos acessíveis, proporcionando autonomia às pessoas com deficiência. Além disso, pode ser compreendida como um formato alternativo de comunicação. No entanto, ainda é uma ferramenta pouco utilizada pelo jornalismo, que cada vez mais investe em imagens, deixando à margem uma população importante que não tem acesso a esse tipo de informação.

Para Eco (1991, p.16), o potencial comunicacional não é baseado em estruturas imutáveis, mas em formas cada vez mais abrangentes e operativas às modalidades “pelas quais os homens se comunicam no curso da história e através de modelos sócio-culturais diferentes”. O semiólogo italiano defende uma semiótica da recepção, pois compreende que os objetos linguísticos não estão presos a uma estrutura imanentista.

Nesse contexto, a linguagem não é imutável e os códigos linguísticos não possuem uma interpretação apenas. Como lembra Eco (1991, p.147), as culturas admitem, “diante do universo das formas perceptíveis e das operações interpretativas, a complementaridade de inspeções e soluções diferentes”. É nessa conexão entre cultura, história e jornalismo que pensamos em textos acessíveis como uma intersemiose, para além da linguagem verbal e não-verbal.

Nesse contexto, concordamos com Motta e Romeu (2010), que problematizam a audiodescrição como “uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar” (MOTTA; ROMEU, 2010, p.11). É preciso ressaltar que a audiodescrição amplia o entendimento não só de pessoas com deficiência visual, mas também de idosos, disléxicos e daqueles que possuem alguma deficiência intelectual

No contexto brasileiro, audiodescrição tem sido regulamentada para o meio televisivo. Em meio a avanços e retrocessos, como pontua Bonito (2012), pouco se fez ainda para avançar em regulamentações relacionadas a mídia comunicacional em outros meios. Assim, em meio a essa discussão, propomos como apresentamos posteriormente, o caminho percorrido para a construção da edição da revista laboratorial .TXT .

Atitudes geram inclusão: experimentação em jornalismo

A revista .TXT é um projeto desenvolvido na Disciplina de Jornalismo Impresso II com alunos do terceiro semestre, tendo, entre outros objetivos, inserir o aluno dentro de uma rotina de produção jornalística de uma revista impressa, visto que realizam todas as etapas - da pauta à diagramação. Além disso, ao longo do semestre são estudados os tipos de reportagens e formatos jornalísticos, tanto de revista impressa, como também para digital, já que é preciso dar conta desde o início da graduação desse ambiente. Os alunos são instruídos a formar duplas e ao longo do semestre devem produzir reportagens sobre o cotidiano da Universidade. O projeto editorial da revista é voltado a pautas que dizem respeito aos docentes, discentes e TAEs (Técnicos Administrativos em Educação) e assuntos relacionados ao dia-a-dia da Universidade.

Os acadêmicos que fazem a revista .TXT sugerem pautas, apuram, redigem e também atuam como editores, revisores, diagramadores, fotógrafos e *social media*. Todos participam da produção da revista que, ao final da disciplina, é impressa na Imprensa Universitária da UFSM com tiragem de 700 exemplares. Além da revista impressa, há o site <www.ufsm.br/revistatxt> onde são publicadas as reportagens de cada edição, bem como a versão em PDF.

Contudo, na 22ª edição da .TXT, uma nova rotina de produção foi realizada com a finalidade de abranger o público da comunidade acadêmica de uma maneira inclusiva. A proposta da disciplina insere-se numa das estratégias pedagógicas destacadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Jornalismo e que trata da acessibilidade, como questão de debate permanente no NDE (Núcleo Docente Estruturante) e o Colegiado de curso. Como destaca o PPC do curso, a inserção do debate acerca da acessibilidade tem como objetivo aprimorar processos pedagógicos que permitam a ampliação das políticas de inclusão.

A proposta de tornar acessível o conteúdo da revista .TXT, surgiu mediante contato da professora responsável pela disciplina, Viviane Borelli, com o técnico do

Núcleo de Acessibilidade da UFSM e membro da Comissão de Audiodescrição, Cristian Evandro Sehnem. Ele tem deficiência visual desde os 20 anos e promove a inclusão no âmbito da Universidade e do município de Santa Maria. A partir desse encontro, foi feita a proposta para a turma, em março de 2017.

Ao longo das primeiras semanas do semestre, o técnico administrativo em educação Rafael Bald começou a pesquisar algumas técnicas para a criação de um PDF, traduzido do inglês "Documento de formato portátil", acessível, uma vez que esse formato conserva as características que foram usadas para criá-lo. A ideia inicial era gravar o áudio das descrições das fotos em estúdio, armazenar em algum repositório de áudio, e usar um link para que o público cego pudesse ouvir ao passar com o cursor na imagem.

Porém, depois de debates com integrantes da Comissão da Acessibilidade, verificamos que para fazer audiodescrição não era necessário a gravação das mesmas., já que algumas pessoas com deficiência visual utilizam o computador com o auxílio de tecnologias assistivas. De acordo com Bersh (2009), a Tecnologia Assistiva é todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e promover independência e inclusão. Entre essas tecnologias estão o leitor de tela e o *display* em braille.

Descobrimos que existem tipos variados de leitores de tela, alguns pagos e outros gratuitos. Uma das premissas que utilizamos em durante processo é o conceito da inclusão, como paradigma social (SASSAKI, 2009), assim visando a vantagem de atingir o maior número de leitores optamos pela utilização do NVDA - *NonVisual Desktop Access* ou "Acesso ao Desktop para não videntes". O NVDA, um *software* livre e gratuito desenvolvido por Michael Curran e James Teh, ambos com deficiência visual, é uma tecnologia assistiva que permite as pessoas com deficiência visual acessarem todas as funções do computador através de comandos no teclado. Ao clicar nas teclas de atalho, o usuário ouve uma voz artificial e robotizada que lê as informações em texto do arquivo.

Por isso, depois de aprofundar o conhecimento sobre o que era a audiodescrição, conversamos com os membros da Comissão de Acessibilidade para entender algumas especificidades do consumo midiático de leitores com deficiência visual, já que

"A experiência da cegueira é única para cada indivíduo. Assim, aqueles clichês que se desenvolveram ao longo da cultura, de que pessoas cegas normalmente preferem o rádio à televisão, ou que geralmente os cegos têm tendência para a música, nem sempre encontram expressão de verdade na

realidade. Os modelos de consumo da cultura por pessoas cegas, suas preferências, seus gostos, são tão variados quanto à experiência de cada um com respeito à sua cegueira” (BERLAMINO, 2010, p.199).

A partir dessas conversas percebemos como poderíamos melhorar a acessibilidade do conteúdo da revista .TXT para pessoas com deficiência visual. Além disso, percebemos por meio de procura de outros produtos acessíveis que não há material parecido com o que estamos desenvolvendo.

Após um mês de testes, o técnico Rafael Bald constatou a existência da “função Alt (*Alternative Text*)” no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). O texto alternativo é uma ferramenta que possibilita a inserção de elementos textuais não visíveis em arquivos que possam ser identificados por leitores de tela. Adicionar o texto alternativo em imagens é um dos primeiros princípios para atingir a acessibilidade. A partir disso, a diagramação - que é feita no software InDesign - foi pensada com a utilização da “função Alt” para que não fosse comprometida a identidade visual da revista.

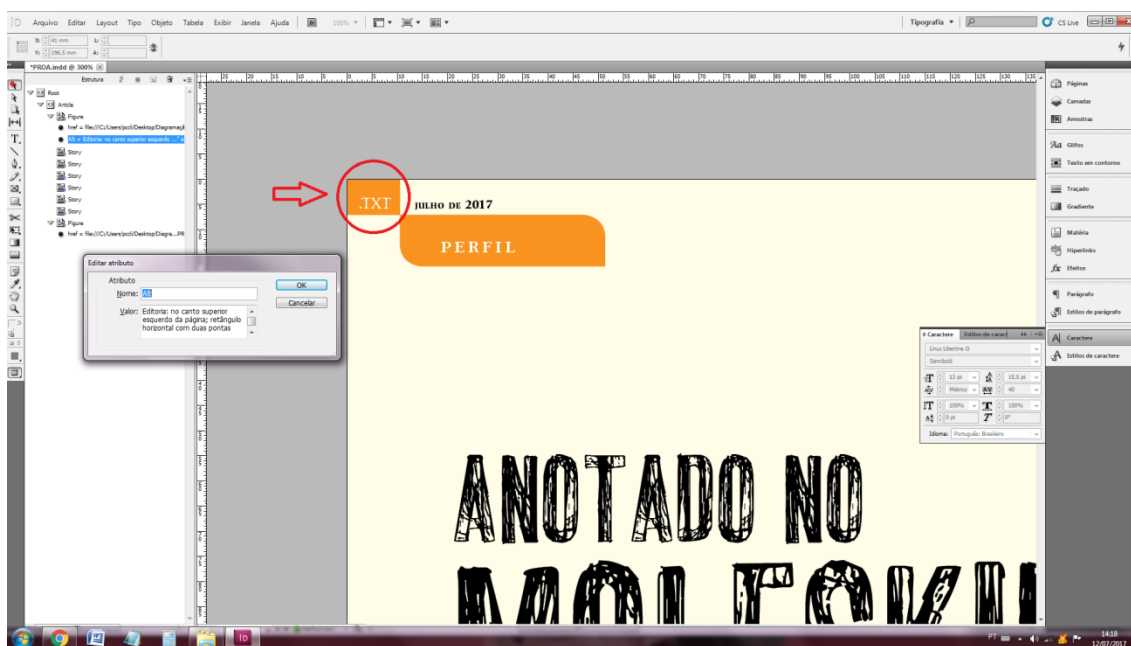


Figura 1: Apresentação da função “Alt” no InDesign

Depois de aplicarmos a “função Alt” constatamos que o NVDA pronunciava a palavra “gráfico” antes dos textos com a descrição das imagens. Isso prejudicava a identidade sonora que tínhamos elaborado para revista, pois comprometeria a utilização dos “selos de identificação” que antecedem as imagens e diferenciam as informações que serão descritas. Então, após conversas em fórum virtual do NVDA, o técnico Rafael

encontrou um *plugin*, ou módulo de extensão chamado Audio Themes 5.1, que permite ao usuário realizar algumas alterações dentro do programa em funções específicas. O *plugin* suprime a leitura da palavra “gráfico”, o que fez com que tivesse utilidade para nosso projeto já que a repetição do som “gráfico” prejudicaria o fluxo de leitura e os selos de identificação sonora criados.

A “função Alt” não tem como finalidade principal ser uma ferramenta de audiodescrição. Ela é uma forma que encontramos de inserir textos no código XML (*eXtensible Markup Language*) no arquivo em PDF interativo da revista sem prejudicar o design. O programa InDesign formula automaticamente uma estrutura em código que reconhece todas as figuras ou textos que existem nas páginas e é possível alterar a ordem de aparecimento das figuras ou textos do código. Com isso, temos liberdade para hierarquizar a ordem em que o leitor de tela irá ler. Porém, só é possível inserir textos alternativos em imagens, o que nos fez optar pela utilização de uma imagem transparente ao lado daquilo que for preciso audiodescrever.

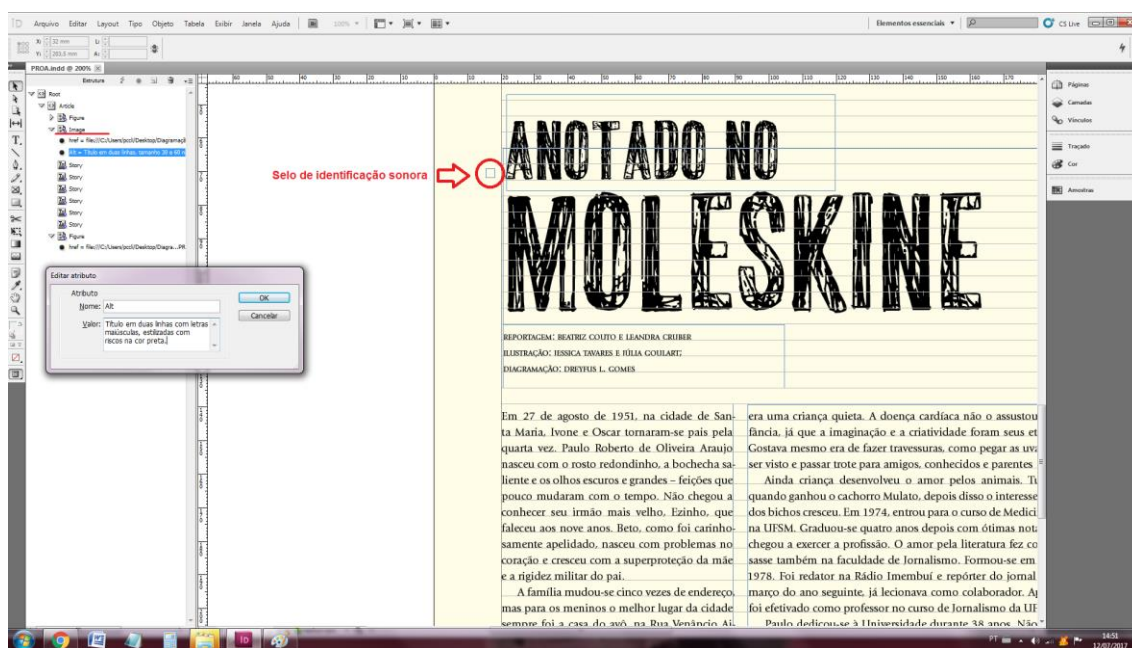


Figura 2: Apresentação do Selo de Identificação Sonora

Ao finalizar todas as audiodescrições, exportamos o arquivo como PDF Interativo com a função “create tagged PDF” sinalizada. Se essa configuração não for realizada, o InDesign não irá exportar o código XML conforme a disposição das audiodescrições que o diagramador estabeleceu.

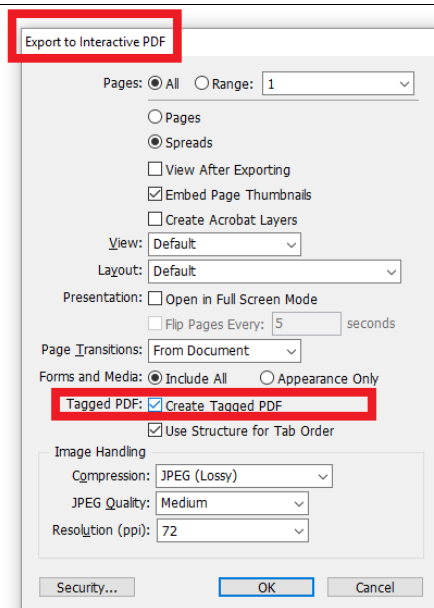


Figura 3: Como exportar o .pdf acessível

A concepção do texto acessível foi elaborada para que os leitores com deficiência visual pudessem construir mentalmente o design gráfico da revista. Assim, para melhor situar o leitor, criamos uma identidade sonora, por meio dos “selos de identificação”. Concebemos 11 selos para indicar os elementos gráficos da página: editoria, título, organização da página, créditos, subtítulo, olho, box, imagem, página (numeração), início da reportagem e fim da reportagem. Todavia, é importante destacar que eles não são únicos e nem fixos. Assim como a diagramação de uma reportagem para outra é diferente, a audiodescrição também segue essa diferenciação.

Portanto, para fazer as audiodescrições das reportagens, analisamos caso a caso em conjunto com os consultores da Comissão de Acessibilidade a fim de melhorar a compreensão do design da revista. Outra preocupação que tivemos foi com o ritmo da leitura e também como hierarquizar as informações dentro da página. Por exemplo, se na diagramação possuir uma imagem no meio do texto analisamos o contexto geral daquela imagem e de que forma ela está conectada com o texto. Caso esteja diretamente ligada a determinado parágrafo e contribui para o entendimento, inserimos sua audiodescrição logo após o fim do parágrafo. Caso contrário, a audiodescrição fica para o final da página que a imagem aparece.

Os selos de Início e Fim da reportagem e da página foram uma necessidade indicada pelas pessoas com deficiência visual que integram a Comissão de Audiodescrição. Da mesma forma, o selo de identificação de subtítulos são importantes

para localizar o leitor no texto. Uma das reclamações das pessoas com deficiência visual, as quais tivemos contato, é não saber quando um texto termina e o outro começa, já que não há sinalização nenhuma quanto a isso. Por isso, o contato direto com os potenciais leitores e com as pessoas que utilizam os leitores de tela nos proporcionou condições de produzir uma revista acessível que facilite a compreensão e a localização mental dos elementos que compõem um texto.

O acesso à informação é, antes de ser uma moeda de troca, um direito de todos. E a acessibilidade, seja no acesso à informação ou em seus diversos níveis, deve ser tratada como política pública. Cabe às instituições não somente conceber normas, mas promover adequações práticas para oferecer condições mínimas para que os cidadãos possam desenvolver suas atividades diárias. Por isso, para produzir esse projeto experimental de revista acessível foi necessário fechar os olhos, não para um público com deficiência visual, mas para poder enxergar uma infinidade de possibilidades que o jornalismo não abrange atualmente.

Considerações finais

A perspectiva de uma semiótica aberta proposta por Eco (1991) é também defendida pelo semiólogo Eliseo Verón (2004), que problematiza uma defasagem entre as gramáticas de produção e de reconhecimento. Nesse sentido, o projeto de pesquisa “Produção e circulação da notícia: as interações entre jornais e leitores” busca refletir não só sobre as relações entre mídias e leitores habituais, mas também nas pessoas com deficiência e seus hábitos de leitura.

Nesse sentido, pretende-se apresentar o projeto para os integrantes da Associação de Cegos e Deficientes Visuais de Santa Maria (ACDV Santa Maria). A ideia é criar um espaço de trocas e conhecer melhor o consumo de produtos midiáticos por parte desse público específico. Esse processo tentativo nos remete à reflexão proposta por Braga (2010), acerca da Comunicação se constituir como uma área de pesquisa tentativa, vai ser possível avaliar o processo de construção da versão em PDF acessível da revista .TXT e planejar as próximas edições.

Concebemos que a proposta que apresentamos para tornar a revista acessível possui como diferencial o uso do PDF acessível e da inserção dos selos de identificação, que permitem a autonomia da navegação do leitor, que se não quiser ouvir alguma

audiodescrição, ou que não queira saber alguma outra informação, possa pular para a próxima sessão.

Nesse momento, como dito, trabalhamos com uma das revistas laboratoriais do curso de Jornalismo, mas a intenção é ampliar a experiência para as demais publicações. Com isso, pretende-se fortalecer o papel do Jornalismo e sua relação com a sociedade por meio do exercício da cidadania. Também espera-se possibilitar aos deficientes visuais santa-marienses mais acesso a informações jornalísticas tanto de temas relacionados à UFSM quanto de Santa Maria. Desejamos que a UFSM seja reconhecida como um ambiente que gera conhecimento, que incentiva o desenvolvimento e a criação de novas ferramentas de ensino que estimulem a aplicação de tecnologias que visem à inserção social de pessoas com deficiência.

Referências

BELARMINO, Joana. Em algum lugar do passado. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa Com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. Cap. 18. p. 199-202.

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **Design de um serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas**. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Design, Escola de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18299/000728187.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BONITO, Marco. Jornalismo digital deficiente e inconvergente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012, Fortaleza. **Anais...** [s.i]: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2297-1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. In: **Matrizes**, Ano 4, n. 1, jul-dez. 2010, p. 65-81.

BRASIL. Lei nº 13.146, 06/07/2015

_____. Decreto 5.296/04 que regulamenta as Leis 10.098/00 e 10.048/00. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 30 mai.2017.

____. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 30 mai. 2017

ECO, U. **Obra Aberta**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologias e pesquisa científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa Com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Arize. “**Para que serve o Adobe Reader?** Descubra o que é esse programa”. Postado: 20/05/2011 15h40 - Atualizado em 10/05/2013 18h10. In: <<http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2011/05/para-que-serve-o-adobe-reader-descubra-o-que-e-esse-programa.html>> Acessado em: 05 jul. 2017.

SASSAKI, Romeu. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SOUSA, J. P. Elementos do jornalismo impresso. In: **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. Universidade Fernando Pessoa: 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2017.

UFSM. **Plano de desenvolvimento institucional 2016-2026**. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/pdi/images/DocPDI/00-DocumentoPDI-TextoBaseCONSU.pdf>>. Acesso em: 30 mai.2017.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.